


Medidas governamentais de enfrentamento à Covid-19 a partir do Projeto São José III

Moacir de Souza Júniorⁱ 

Instituto Agropolos do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Lafaete Almeida de Oliveira Mesquitaⁱⁱ 

Instituto Agropolos do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Francisco De Assis Dinizⁱⁱⁱ 

Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Fortaleza, CE, Brasil

Bárbara Niele Alexandre da Silva Ribeiro^{iv} 

Instituto Agropolos do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil

Resumo

O estudo tem por objetivo identificar os impactos causados pelo vírus Sars Cov 2, nos empreendimentos apoiados pelo Projeto São José III. No percurso de identificação de políticas públicas voltadas para o enfrentamento da crise econômica e social, fruto do avanço da Covid-19 pelo interior do Ceará. Foram identificados os esforços da Secretaria do Desenvolvimento Agrário na manutenção de uma agenda de ações que, ao longo do período de isolamento social vivenciado pelo estado, foi importante para o fortalecimento de manutenção dos empreendimentos da agricultura familiar atendidos pelas políticas de desenvolvimento agrário abrangidos no âmbito da secretaria. Assim, mesmo tendo sofrido perdas na produção e comercialização, as alternativas de investimentos em assistência técnica e orientação aos agricultores familiares, realização de feiras, atendimento virtual aos beneficiários contribuíram para a minimização dos efeitos causados pela pandemia da Covid-19. A metodologia utilizada foi a de uma pesquisa de cunho qualitativo com o uso de questionário. Foram enviados 267 questionários, sendo devolvidos 237, o que corresponde a 88,8% do total. A ferramenta virtual *Google Web* foi utilizada para responder o questionário.

Palavras-chave: Covid-19. Políticas públicas. Projeto São José. Desenvolvimento.

Government measures to fight Covid-19 from the São José III Project

Abstract

The study aims to identify the impacts caused by the virus Sars Cov 2, on projects supported by the São José III Project. In the process of identifying public policies aimed at facing the economic and social crisis as a result of the advance of Covid-19 in the interior of Ceará. The efforts of the Agrarian Development Secretariat were identified in maintaining an agenda of actions that during the period of social isolation experienced by the state was important to strengthen the maintenance of family farming enterprises served by the agrarian development policies covered by the secretariat. Thus, even having suffered losses in production and marketing,



investment alternatives in technical assistance and guidance to family farmers, fairs, virtual assistance to beneficiaries contributed to minimizing the effects caused by the Covid-19 pandemic. The methodology used was a qualitative research, using a questionnaire. A total of 267 questionnaires were sent, with 237 being returned, corresponding to 88.8% of the total. The Google Web virtual tool was used to answer the questionnaire.

Keywords: Covid-19. Public policy. São José Project. Development.

1 Introdução

A análise do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o meio rural, a partir dos efeitos provocados pela Covid-19 é fator preponderante para que se possa compreender as dificuldades que a agricultura familiar apresenta diante do quadro de pandemia que o mundo vem atravessando, em especial, no Brasil como sendo um dos países de maior impacto do coronavírus em esfera mundial.

O cenário atual de pandemia, provocada pelo vírus Sars Cov-2¹, empurra os vulneráveis para uma zona de exclusão, fruto também das condições precárias de trabalho, concentração de renda, difícil acesso à moradia, saneamento básico inexistente e equipamentos públicos de saúde, pouco disponíveis à população. Então, esse momento exige o desenvolvimento de políticas públicas que busquem minimizar a crise que se encontra, mas que também se estabelecem como mecanismos constantes da presença do estado na condição de garantidor de direitos daqueles que batem à sua porta.

O panorama no meio rural só se agrava e associa-se aos problemas enfrentados nas pequenas e grandes cidades, as questões de concentração de terras, acesso precário à água e a ausência de uma política permanente de incentivo à produção, em especial, a agricultura familiar.

O Estado do Ceará, nos últimos anos vem trilhando um caminho diferente, buscando desenvolver políticas de desenvolvimento rural que possam assegurar o crescimento na zona rural, em especial o da agricultura familiar. Os investimentos ocorrem

¹ Vírus causador da atual pandemia da Covid-19, podendo evoluir para Síndrome Respiratória Aguda Grave.





nas mais diversas áreas, com destaque para projetos como o Projeto São José (PSJ) que tem investido tanto em acesso à água como também em projetos produtivos, com foco na geração de renda, melhoria da produção e organização de comunidades, geração de negócios sustentáveis entre outros.

Dessa forma, o presente artigo tem por objetivo traçar o perfil da atuação da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e seus impactos no fortalecimento de empreendimentos apoiados com suas ações.

3

2 Metodologia

Considerando as múltiplas questões que envolvem os efeitos da Covid-19, na agricultura familiar e nas políticas públicas, optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo, com aplicação de questionário para poder melhor compreender o cenário vivido no Estado do Ceará.

Para isso, entendemos que fazer ciência é algo importante e que necessita contemplar toda a sociedade. Nesse sentido, Fonseca (2002 apud SOUZA JÚNIOR, 2019, p. 137) afirma que ciência:

É o saber produzido através do raciocínio lógico associado à experimentação prática. Caracteriza-se por um conjunto de modelos de observação, identificação, descrição, investigação experimental e explanação técnica de fenômenos. O método científico envolve técnicas exatas, objetivas e sistemáticas. Regras fixas para a formação de conceitos, para a condução de observações, para a realização de experimentos e para a validação de hipóteses explicativas.

O objetivo básico da ciência não é o de descobrir verdades ou de constituir como uma compreensão plena da realidade. Deseja fornecer um conhecimento provisório, que facilite a interação com o mundo, possibilitando previsões confiáveis sobre acontecimentos futuros e indicar mecanismos de controle que possibilitem uma intervenção sobre eles.

Ao realizar uma pesquisa, é preciso que nosso sentido de curiosidade esteja aflorado. Porém, é necessário agir com ética, respeito e fazer com que o estudo em si beneficie o maior número de pessoas possíveis. Para isso, faz-se presente os escritos de Barbosa e Quintaneiro (2002 apud SOUZA JÚNIOR, 2019, p. 138) em que elencam a seguinte afirmação:





Na investigação de um tema, um cientista é inspirado por seus próprios valores e ideais, que têm um caráter sagrado para ele, nos quais está disposto a lutar. Por isso, deve estar capacitado a estabelecer uma “distinção entre reconhecer e julgar, e a cumprir tanto o dever científico de ver a verdade dos fatos, como o dever prático de defender” os próprios valores, que devem ser obrigatoriamente expostos e jamais disfarçados de “ciência social” ou da “ordem racional dos fatos”. É essencial distinguir a política e a ciência e considerar que esta tampouco está isenta de valores. Enquanto a ciência é um produto da reflexão do cientista, a política o é do homem de vontade e de ação, ou do membro de uma classe que compartilha com outras ideologias e interesses.

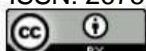
O estudo empírico vem acompanhado de análise documental dos documentos de referência apresentados pela DAS. “Este tipo de pesquisa consiste no exame de materiais de natureza diversa e que anda não receberam um tratamento analítico ou que podem ser reexaminados mediante interpretações complementares (GODOY, 1995, p. 24).

Inicialmente, contou-se com a pesquisa bibliográfica de documentos oficiais que fazem parte do arcabouço teórico que trata do tema, a exemplo de Decretos do Governo do estado do Ceará, pesquisa em sites oficiais do governo e da SDA. Silva e Grigolo (2002, p. 36), ao analisarem as características da pesquisa documental, apontam que: “a pesquisa documental vale-se de materiais que ainda não receberam nenhuma análise profunda”. Nesse sentido, os documentos catalogados passaram por análise de forma pormenorizada de suas informações permitindo-nos traçar e compreender a dinâmica da atuação da SDA e as perspectivas das políticas públicas desenvolvidas em tempos de Covid-19.

A pesquisa bibliográfica é, sem dúvida, uma das fontes mais importantes de pesquisa e constitui etapa prévia a ser feita em um processo de pesquisa, seja qual for o problema em questão. Isto se deve ao fato de que é absolutamente necessário um conhecimento prévio do estágio em que se encontra um assunto, antes de iniciar-se qualquer estudo para não correr o risco de se pesquisar um tema que já foi amplamente pesquisado (FERNANDES, GOMES, 2003, p. 13).

Para o alcance desses objetivos, fizemos a opção pela pesquisa qualitativa, uma vez que, de acordo com a concepção de Minayo (1994, p. 14),

[...] a pesquisa qualitativa não se preocupa em quantificar, mas em explicar os meandros das relações sociais consideradas essenciais, resultado da atividade humana, criadora, afetiva e racional, a qual pode ser apreendida através do cotidiano, da vivência e da explicação do senso comum.





Recorremos ainda a Lüdke e André (1986 apud SOUZA JÚNIOR, 2019, p. 144) indicam que a pesquisa qualitativa possui “[...] ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento. [...] supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, via de regra através do trabalho intensivo de campo”.

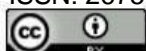
Ainda, valemo-nos dos escritos de Macedo *et al.* (2009 apud SOUZA JÚNIOR, 2019, p. 144), quando assevera que: “O qualitativo de uma pesquisa indica, de modo imediato, a historicidade de sua área de atuação e sua distinção em relação a outras formas de pesquisa. A terminologia pesquisa qualitativa. O qualificativo aqui faz toda a diferença”.

Além de se basear em uma pesquisa de revisão de literatura, também optamos por fazer uso do questionário para que pudéssemos compreender a realidade junto às entidades beneficiadas pelo Projeto São José III (PSJ III), buscando assim, assimilar os impactos sofridos pelos seus empreendimentos produtivos apoiados pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA).

Gil (1999, p. 128) define o uso do questionário como sendo “a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Importante destacar que, durante o percurso metodológico, o trabalho ocorreu tanto no âmbito da SDA, por meio da escuta de técnicos e consulta documental, no site oficial da secretaria, como também por meio de contato com os responsáveis pelas entidades que responderam ao questionário eletrônico através da plataforma *Google Web*. A coleta deu-se no período de 06 a 23 de maio de 2020 e envolveu os 267 (duzentos e sessenta e sete) projetos produtivos apoiados pela SDA em todo o Ceará.

Foram enviados 267 questionários, tendo sido devolvidos 237 (duzentos e trinta e sete) respondidos, o que corresponde a 88,8% do valor total. O que foi considerado um número muito expressivo para a referida ação.





Para descrever os participantes consideramos variáveis como: nome da entidade, CNPJ, município, nome da comunidade em que está inserido, tipo de cadeia produtiva, nome do responsável pelo preenchimento da informação, número do CPF do responsável, cargo que ocupa e gênero.

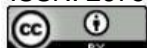
Dividimos o questionário em 06 (seis) partes, sendo: a) questões voltadas para a Covid-19, como casos suspeitos e diagnosticados, óbitos existentes, informações recebidas e qual o meio de comunicação da transmissão da informação; b) as ações recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e as que são realizadas pelo Governo do Estado do Ceará; c) se houve cadastramento para recebimento do auxílio emergencial; d) impacto da Covid-19 na cadeia produtiva da entidade; e) contribuição do Projeto São José (PSJ) para o enfrentamento da pandemia; e, por fim, f) maior preocupação no atual momento e quais são as perspectivas para o futuro.

Assim, diante de tais questões, o artigo, por meio da pesquisa qualitativa, busca compreender o cenário epidemiológico e medidas governamentais de enfrentamento à Covid-19 no âmbito da SDA e dessa forma, contribuir para a análise das políticas públicas desenvolvidas em apoio à agricultura familiar no Estado do Ceará.

3 Contexto: caminhos do isolamento social

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) noticiou o primeiro alerta sobre o vírus Sars Cov-2 após autoridades sanitárias chinesas informarem os primeiros casos de uma doença misteriosa com características de pneumonia aguda, na cidade de Wuhan, capital da província de Hubei, na China. Em janeiro de 2020, a OMS emitiu um alerta a todos os países para que se preparassem para monitorar e realizar testes em possíveis casos suspeitos. Rapidamente alastrou-se por toda a Europa, Estados Unidos e América Latina.

Enfim, não distinto de outros países do mundo, o novo coronavírus desembarcou em terras brasileiras, precisamente em 26 de fevereiro. O primeiro caso no país foi confirmado no município de São Paulo. Desde então, a doença vem-se alastrando de





forma rápida por todo o Brasil, atingindo inicialmente a camada mais favorecida, a qual foram a passeio aos países da Europa e retornaram muitos já contaminados, possibilitando assim, a contaminação em massa.

Vivemos um conteúdo social bem precário, seja nas periferias das metrópoles ou nos pequenos municípios, no qual carregam em comum uma população desassistida de saneamento básico, vivendo em moradias sofríveis, expostas a subempregos, além de quase não terem acesso a um serviço de saúde de qualidade, haja vista que, historicamente esse serviço sempre sofreu com falta de investimento. E, após o advento da Covid-19 a situação fez-se mais grave ainda.

O vírus, todavia, avançou para as periferias das grandes cidades e com bastante velocidade acabou migrando para o interior de todos os estados brasileiros. Mostrando-nos a maneira rápida com que se dissemina não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo. Os dados apresentados sobre essa propagação fazem-se presentes no dia a dia dos canais de comunicação como TV, rádios, jornais impressos e mídias eletrônicas, o que favorece um maior conhecimento da informação, já que a divulgação é difundida de forma rápida. Vale salientar que assistimos ao número de infectados crescer de maneira avassaladora.

Conforme dados do Ministério da Saúde, em 08 de agosto de 2020, o país já havia acumulado mais de 2.733.677 de casos confirmados de Covid-19, tendo ultrapassado o número de 100 mil mortos. Um dado que realmente impressionou o país e que nos levou ao segundo lugar do “ranking” mundial em número de óbitos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

O Estado do Ceará, no mesmo período apresentou mais de 192 mil casos, tendo contabilizado 8.002 mortes confirmadas. Apesar dos resultados alarmantes, a situação tem-se apresentado de forma estável, graças a um conjunto de medidas tomadas pelo governo estadual na busca pelo controle da pandemia.

Diante deste cenário de grave crise sanitária pela qual passa o planeta, o Estado do Ceará, inicialmente com maior gravidade em Fortaleza, na figura do seu governador ainda no mês de março de 2020 tomou as primeiras medidas visando ao controle do





avanço do vírus em terras cearenses. Em 16 de março de 2020, ele baixou o Decreto Nº 33.510, que indicava situação de emergência em saúde em todo o Estado, dispondo sobre uma série de medidas para o enfrentamento e contenção da disseminação da doença. Dessa forma, o governo dava os primeiros sinais visando à proteção da saúde da população, bem como evitar o colapso do sistema de saúde (CEARÁ, 2020a).

Mesmo com o decreto, a situação agravou-se, já que os hospitais tanto públicos quanto privados começaram a apresentar quadro de lotação em suas unidades, levando o governo a publicar novo Decreto de Nº 33.519, que intensificava as medidas de enfrentamento contra a Covid-19, chegando a anunciar “lockdown”². Desde então, o Governo do Ceará vem intensificando suas ações para conter a disseminação do vírus e os impactos da pandemia na economia cearense (CEARÁ, 2020a).

Em junho de 2020, foi editado um novo decreto de Nº 33.627, que orientava o fechamento total em algumas regiões do estado implementando assim, uma política regionalizada das medidas de isolamento social (CEARÁ, 2020a).

Embora os dados da Covid-19 venham apresentando certa diminuição dos casos no estado, faz-se necessário ainda cautela e atenção, não podendo em nenhum momento descuidar das ações até então tomadas, já que conforme os especialistas em saúde ainda não é momento para abrandar as tomadas de decisões.

Neste sentido, o Governo do Ceará, por meio da Secretaria da Saúde, desde o princípio do processo de reabertura responsável das atividades econômicas e comportamentais no estado, vem acompanhando de perto os dados epidemiológicos da pandemia em todos os municípios e regiões cearenses, a fim de respaldar as decisões até então tomadas acerca da manutenção ou liberação de novas atividades econômicas (CEARÁ, 2020a).

²Lockdown é a versão mais rígida do distanciamento social e quando a recomendação torna-se obrigatória. É uma imposição do Estado que significa bloqueio total. No cenário pandêmico, essa medida é a mais rigorosa a ser tomada e serve para desacelerar a propagação do novo Coronavírus, quando as medidas de isolamento social e de quarentena não são suficientes e os casos aumentam diariamente. Disponível em: <https://dasa.com.br/blog-coronavirus/lockdown-coronavirus-significado> Acesso em 28 dez. 2020.





Assim, o governo de forma planejada vem flexibilizando e promovendo o processo gradual de reabertura da economia. E, diante do quadro acima apresentado, o Decreto N° 33.700 de 01.08.20220 prorrogou as medidas de isolamento social até o dia 09.09.2020, ao mesmo tempo em que renova a política de regionalização dessas medidas (CEARÁ, 2020a).

Vale ressaltar que esse decreto colocou Fortaleza em fase 4 – com maior restrição das atividades econômicas e comportamentais, ao mesmo tempo em que indicava situação de isolamento social mais intensiva para a região do Cariri (CEARÁ, 2020a).

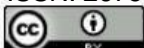
4 Sars Cov-2: efeitos na economia global, o desafio da recuperação econômica

Conforme visto anteriormente, o Estado do Ceará, em meio à crise acusada pela Covid-19, vem buscando incessantemente políticas públicas de proteção da população e de recuperação da saúde frente ao cenário de pandemia que assola não apenas o estado, mas também o país e o mundo (CEARÁ, 2020a).

No entanto, é sabido que, se por um lado o investimento na prevenção e controle dos efeitos danosos da pandemia do coronavírus enquanto problema de saúde pública é essencial, faz-se necessário também, por outro lado, atentar-se à crise econômica causada pelas medidas restritivas propostas para o controle da pandemia.

Neto (2020, p. 114) assevera que “Uma pandemia não tem um impacto restrito à questão sanitária, mas também tem consequências importantes para a política, a economia, as relações sociais e o meio ambiente. Contudo, é muito difícil estimar o impacto de uma pandemia sobre a economia”.

O relatório semestral sobre a região da América Latina e o Caribe do Banco Mundial, denominado “A Economia nos Tempos de CoVID-19” publicado no dia 12 de abril de 2020, aponta para a urgência de uma ação governamental que traga caminhos de proteção aos mais vulneráveis, proteja os empregos e assegure a retomada do crescimento econômico sustentável. Nesse sentido: “As políticas públicas precisam tratar diretamente dessa dimensão social da crise, que os programas de assistência a empresas





e trabalhadores do setor formal não conseguem atingir. Ao fazer isso, não há distinção real entre apoiar microempresas, apoiar famílias e apoiar comunidades” (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 46). O documento indica ainda que:

As políticas de resposta à crise precisam tratar diretamente dessa dimensão social. A primeira linha de resposta inclui programas existentes de proteção e assistência social, que podem ser rapidamente expandidos [...]. Também pode ser considerada a implementação de programas de distribuição de alimentos enquanto perdurarem as medidas mais rígidas de distanciamento social (BANCO MUNDIAL, 2020, p. 6).

10

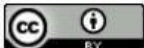
No caso do Brasil, conforme o Banco Mundial (2020, p. 55) “A implementação inadequada das políticas em resposta à crise pode deixar de mitigar os impactos nos índices de pobreza e desigualdade, possivelmente alimentando o descontentamento social”. Assim sendo, há de se esperar que os desafios para a redução da pobreza venham a aumentar no esteio da crise econômica.

Na tentativa de apresentar a sociedade uma resposta imediata para a forte crise econômica e social por que atravessa o país diante do impacto da Covid-19 na vida da população mais pobre, o governo federal, após modificações na proposta inicial por arte do Congresso Nacional, aprovou a Lei Nº 13.982/2020, garantindo repasse de 600 reais mensais (inicialmente por três meses) a trabalhadores informais e de baixa renda (BRASIL, 2021).

5 Ceará/Secretaria do Desenvolvimento Agrário: políticas públicas de investimento e perspectivas de superação da crise

Não restam dúvidas de que a superação dessa crise, que também é ocasionada em parte pela pandemia do coronavírus, exige dos governantes responsabilidade social e foco nos investimentos para que possa mais rápido apresentar respostas necessárias para a retomada do crescimento econômico.

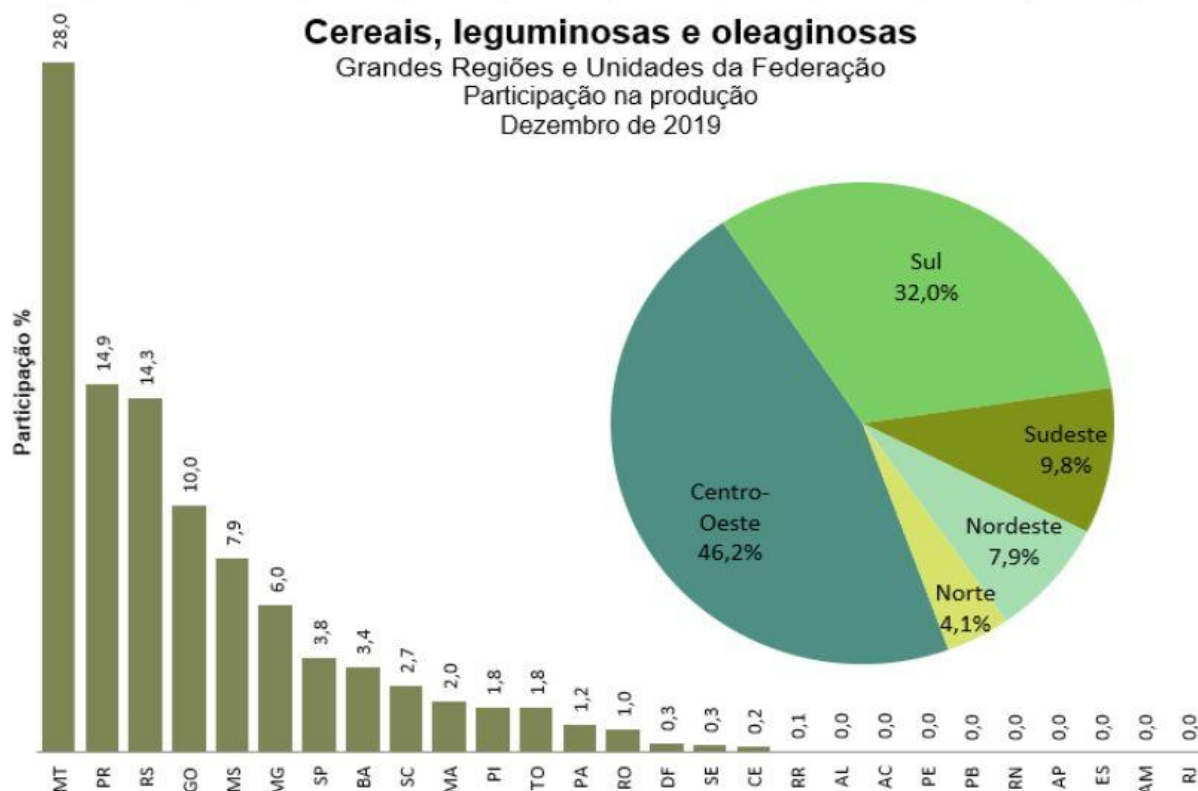
Diante desse cenário que aí se encontra, é justamente no setor agrícola que se tem apresentado as condições mais favoráveis para superar o momento atual e a queda



na economia, mesmo estando diante de um dos quadros mais graves de crise econômica atualmente. Segundo estimativa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) as safras colhidas em 2019, foi de 241,5 milhões de toneladas e em 2020 de 243,2 milhões de toneladas (IBGE, 2020).

Abaixo, apresentamos um gráfico que indica a participação na produção em dezembro 2019 nas grandes regiões e unidades da federação.

Gráfico 01 – Participação na produção agrícola em 2019 – Grandes Regiões e Unidades da Federação.



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2019.

Se o cenário da economia agrícola brasileira apresenta-se favorável, no Ceará, o otimismo repete-se e a perspectiva de que o setor apresente bons resultados vem-se confirmando mesmo durante o período de isolamento social pelo qual vem passando o estado.



De acordo com os dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), as informações de precipitações disponibilizadas no site da Fundação Cearense de Meteorologia (Funceme), demonstraram que as chuvas observadas desde o início do ano de 2020 até o final de abril do mesmo ano, favoreceram o cultivo em todo o estado. Na maioria das regiões, as médias de chuvas foram acima da média para o período (CEARÁ, 2020c).

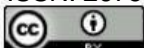
Conforme dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), o Ceará no ano de 2020 deve alcançar uma safra de 637.787 toneladas de cereais, leguminosas e oleaginosas, o que pode representar um crescimento de 12,96% em relação ao mesmo período do ano de 2019, que apresentou uma produção de 564.615 toneladas.

Ainda conforme o LPSA no ano de 2019, produtos como arroz de sequeiro, feijão de arranca (*phaseolus*), feijão de corda de primeira safra (*vigna*), milho irrigado e sequeiro (grão), algodão herbáceo e mamona foram alguns dos itens que tiveram variação positiva (IBGE, 2020).

Por outro lado, além da boa quadra chuvosa, a prestação de assistência técnica para 69 mil agricultores familiares, a distribuição das mais de 2 milhões de toneladas de sementes através do programa Hora de Plantar e a entrega de tratores pelo Projeto São José colaboraram com o resultado positivo na produção da agricultura familiar no estado (CEARÁ, 2020b).

Dando sequência ao conjunto de intervenções com o objetivo de fomentar a agricultura familiar no Estado do Ceará, o governo cearense por meio da SDA, mesmo diante do momento de incertezas e grave recessão econômica, vem mantendo os investimentos a fim de garantir e promover o desenvolvimento rural sustentável com a efetiva permanência da população que sobrevive da agricultura em seu lugar de origem, proporcionando-lhes uma melhoria na renda e, conseqüentemente, uma melhor qualidade de vida.

Conforme informações constantes no sítio eletrônico www.sda.ce.gov.br, foi averiguado que dentre os investimentos realizados e previstos pelo governo do Ceará,

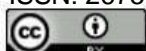




através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário para o ano de 2020, além do Projeto Paulo Freire e do Projeto São José (CEARÁ, 2020b), merecem destaque:

1. **PAA Alimentos:** O Governo do Ceará garantiu R\$ 8,55 milhões para execução da etapa anual do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-CDS). A política pública é responsável pela aquisição de parte da produção dos agricultores familiares com doação simultânea para entidades sócio assistenciais e famílias de baixa renda já cadastradas. A execução do programa acontecerá entre julho de 2020 e junho de 2021;
2. **Portal de Produtos da Agricultura Familiar:** com mais de 14 mil agricultores, associações e cooperativas cadastradas, o Portal da Agricultura Familiar se tornou a principal vitrine da Secretaria do Desenvolvimento Agrário. A ferramenta, agora disponível através do aplicativo **Ceará App**, aproxima agricultores familiares e consumidores e também fornece informações sobre os principais itens da produção agrícola em cada região do Estado;
3. **Feiras Virtuais da Agricultura Familiar:** a SDA vem apoiando experiências de feiras virtuais de comercialização de produtos da agricultura familiar. A experiência iniciou-se no município de Quixeramobim, sertão central cearense, uma iniciativa do Instituto Iarte parceiro da SDA, e já se apresenta como uma importante estratégia de posicionamento do agricultor familiar no mercado, aproximando os produtos da agricultura familiar dos consumidores em tempos de isolamento social;
4. **Isenção na taxa d'água:** durante 90 dias, 120 famílias do campo atendidas pelo Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar) contaram com a isenção na taxa d'água. Os beneficiários são homens e mulheres que vivem em comunidades rurais atendidos pela implantação de sistemas de abastecimento d'água do Projeto São José III. A ação atendeu aos usuários com consumo de até 10m³ mensais e o investimento do Governo do Ceará foi de R\$ 9 milhões;
5. **Programa de Irrigação na Minha Propriedade (PIMP):** este projeto visa atender a demanda alimentar em quantidade e qualidade, proporcionando aos agricultores à estabilidade da produção e o incremento da renda, vindo por sua vez a mitigar as desigualdades sociais, ainda existentes na zona rural. Implantar projetos produtivos, com kits de irrigação para produção de forragem, frutas e hortaliças, tubérculos e grãos e contribuir para a segurança alimentar e nutricional da população beneficiada através da produção de alimentos para o autoconsumo e de excedente comercializável. Gerar ocupação, renda e melhoria das condições de alimentação aos produtores envolvidos.

Como se pode observar, durante os meses de isolamento social, a SDA adaptou-se a uma nova realidade, que afeta todo o Estado. Manteve uma agenda intensa de implementação e planejamento de novos investimentos assegurando assim, que a agricultura familiar no Ceará receba o apoio necessário.



6 Covid-19: o impacto junto às comunidades beneficiadas com projetos produtivos financiados a partir do PSJ III

14

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José III (PDRS/PSJ III), na sua fase I, visou a promover o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar no Ceará, em especial, por meio do apoio à implementação de projetos produtivos que possibilitassem a inclusão social e econômica das famílias beneficiadas, trazendo como resultado o seu efetivo aumento de renda.

Para isso, o PSJ III a partir do seu Componente 1 – Inclusão Econômica, atendeu 267 projetos produtivos distribuídos em 93 (noventa e três) municípios das 14 regiões de planejamento do Estado do Ceará. Abaixo, apresentamos uma tabela com os projetos apoiados por cadeias produtivas.

Tabela 1: Projetos apoiados por cadeias produtivas

Cadeias produtivas	Quantidade de projetos
Apicultura	63
Artesanato	3
Avicultura caipira	8
Bovinocultura de leite	38
Cocoicultura	6
Cajucultura	26
Comercialização	1
Fruticultura	27
Horticultura	4
Mandiocultura	23
Ovinocaprinocultura	53
Piscicultura	8
Produção de alimentos	4
Sementes	2
Turismo comunitário	1
Total	267

Fonte: Gerência de Planejamento UGP/PSJ III, 2020.

Com o avanço da pandemia da Covid-19 para o interior do estado, a SDA, por meio do seu braço operacional PSJ III, elaborou e aplicou uma pesquisa de campo junto aos beneficiários dos seus 267 projetos produtivos distribuídos em todo o Ceará, com o



intuito de identificar o impacto econômico causado por toda a situação, junto às associações/organizações produtivas.

Analisando as respostas enviadas pelos 237 questionários devolvidos, obtivemos as seguintes informações:

1) No que diz respeito ao item “A” questão voltada para a Covid-19 (casos suspeitos e diagnosticados, óbitos existentes, informações recebidas e qual o meio de comunicação da transmissão da informação), conforme é de conhecimento dos meios de comunicação, o Estado do Ceará, em especial Fortaleza, foi uma das três capitais que mais sofreu com a pandemia, mas isso não livrou o interior cearense de também sofrer com todas as mazelas que se abateu sobre o Ceará, principalmente no que diz respeito à perda de vidas.

Conforme respostas das entidades, estas informaram que 44 (quarenta e quatro) mortes, com um número de 482 (quatrocentos e oitenta e dois) casos confirmados e 506 (quinhentos e seis) suspeitos. Indicamos que todas as faixas etárias foram atingidas, porém as duas maiores impactadas foram as faixas compreendidas entre 30 e 59 anos com 40% e acima dos 60 anos, com 30%. As duas categorias contribuíram com 70% do total dos casos, o que impacta diretamente na questão não só dos que são mais atingidos, como também na questão socioeconômica.

2) No item “B” ações recomendadas pela OMS e as que são realizadas pelo Governo do Estado do Ceará, recolhemos as seguintes respostas: do total de questionários devolvidos ao projeto, todos os 237 indicaram que seguem as ações recomendadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), isso é um fato bastante positivo, pois indica que os responsáveis pelas instituições sabem que nesse momento específico pelo qual passa a humanidade (pandemia), é necessário colocar em prática todas essas recomendações de segurança visando assim, a minimizar a propagação do vírus.

Já no que diz respeito às medidas tomadas pelo Governo do estado do Ceará, 235 ou 99% dos participantes responderam que o governo vem adotando práticas acertadas para conter a pandemia no estado. Apenas 02 (dois) ou 1% dos pesquisados afirmaram que não estão satisfeitos com as medidas tomadas. Isso se faz presente,





quando asseveram que o isolamento social deveria ser abrandado, a economia devia funcionar livremente. No entanto, segundo especialistas, medidas de “afrouxamento”³ do isolamento social traz uma série de entraves para conter o avanço da doença em todo o Ceará.

Ao realizar uma leitura geral do item acima, verificamos que a maioria esmagadora dos participantes da pesquisa é favorável a todos os procedimentos que estão sendo realizados não só pela OMS, mas também, pelo Governo do Estado do Ceará, mesmo sabendo que muitas dessas ações sendo consideradas antipáticas para a população.

16

3) Em se tratando do quesito “C” se houve cadastramento para recebimento do auxílio emergencial, as associações/organizações indicaram nas suas respostas que 245 (duzentos e quarenta e cinco) beneficiários⁴ realizaram cadastro junto ao governo federal para receberem o valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), a fim de mitigar os impactos econômicos acusados pela pandemia.

4) Em relação ao item “D” impacto da Covid-19 na cadeia produtiva da entidade, um número muito expressivo de 95% das respostas colhidas indicou dificuldades no processo de produção e comercialização dos seus produtos no ano de 2020, desde a sua concepção no campo até a sua finalização. Itens como: restrição do trabalho em equipe, falta de mão de obra, regras de isolamento social, ausência de transporte para escoamento da produção, ausência de comprador, falta de matéria-prima e sementes, entre outras.

5) No quesito “E” contribuição do Projeto São José (PSJ) para que a instituição possa enfrentar a pandemia, obtivemos as seguintes respostas: 198 (cento e noventa e oito) entrevistados ou 84% responderam que o projeto está contribuindo de maneira significativa, pois trouxeram investimentos para o campo por meio de insumos e maquinário, puderam diversificar a produção com a inserção de máscaras de tecido

³ Grifo nosso.

⁴ Informamos que o número de beneficiários é relativo à sua associação a cada entidade. Por isso, o número diferente dos 237 questionários devolvidos.





como produto, os investimentos realizados pelo PSJ nos anos anteriores ajudaram bastante no momento atual entre outros.

Para 39 (trinta e nove) ou 16% dos participantes afirmaram que não percebem nenhum tipo de contribuição advinda do projeto, o que nos leva a especular que estes não conseguem associar os investimentos realizados pelo PJ no grupo produtivo, como meio que potencializou e alavancou a entidade com melhores condições de enfrentar as dificuldades futuras.

6) E, por fim, temos a questão “F” que indica maior preocupação no atual momento e as perspectivas para o futuro. Todos os 237 entrevistados que devolveram o questionário informaram que estão muito preocupados com a situação atual. Isso se faz presente nas respostas dadas, já que os pesquisados elencaram as seguintes preocupações: risco de contágio, hospitais lotados, falta de conscientização da população, desrespeito ao isolamento social, casos que se multiplicam com uma velocidade impressionante em todo o Ceará e, em especial, no interior.

Notamos que os itens acima colaboraram imensamente para impactar de maneira negativa nas cadeias produtivas de todos os 14 (catorze) territórios do Estado do Ceará. Porém, com os mercados públicos fechados, o não funcionamento das feiras livres, tão comuns no interior, bem como a ausência de compras institucionais - PAA⁵ e PNAE⁶ - e

⁵O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar. Para o alcance desses dois objetivos, o programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial, pelos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional e pela rede pública e filantrópica de ensino. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/seguranca-alimentar/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa>. Acesso em 28 dez. 2020.

⁶O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>. Acesso em: 28 dez. 2020.





as novas práticas sanitárias também tiveram sua parcela de culpa para esse quadro tão grave de crise econômica e sanitária.

Percebemos que são muitas as angústias pelas quais passam os beneficiários do projeto e isso impacta diretamente na sua maneira de se posicionar perante a pandemia. Ao mesmo tempo em que os responsáveis afirmam estarem preocupados com a situação atual, eles também indicam que estão cautelosos em relação ao futuro, pois para sair dessa crise econômica, faz-se necessário um investimento maior do governo, uma população que esteja totalmente imunizada contra a Covid-19, tomada de consciência para possíveis pandemias futuras, investimentos maciços na área de saúde, entre outras.

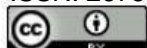
18

7 Considerações finais

Chegamos ao fim do ano de 2020 ainda sob a tutela da Covid-19. Cientistas correm contra o tempo para buscar vacinas que possam ser eficazes e eficientes na cura da pandemia, que ainda se alastra e apresenta-se multifacetada diante do seu processo de evolução, na qual o processo de mutação passa a ser algo comum e a capacidade do vírus transforma-se em um contágio mais severo do que se apresentou até o presente momento.

Tudo continua tão incerto. As vacinas que estão a despontar no cenário mundial têm conseguido apresentar ótimos resultados, porém ainda estamos carregados de questionamentos como: Qual o tempo de duração da vacina no corpo? Como garantir acesso universal à população mundial à vacinação? Será que, em algum outro momento da história da humanidade iremos passar por algo similar ou mais nefasto do que o atual? Como se dará o processo econômico no mundo? Como enfrentar a crise sanitária e econômica na agricultura familiar e nos povos tradicionais?

Muitos são os questionamentos que surgem a cada momento, portanto, é necessário tentar minimizar os impactos causados pela pandemia na agricultura familiar de forma a contribuir para um melhor enfrentamento de toda essa crise que se abate não





apenas nas cadeias produtivas do Estado do Ceará, mas que está presente em todo o globo.

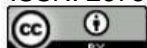
Para a população oriunda da agricultura familiar, a ausência de feiras livres, o isolamento social, a falta de comercialização dos seus produtos, a dificuldade de escoamento da produção e o medo de vir a óbito traz à tona uma série de questionamentos quanto a o que é viver no momento de pandemia. As pessoas ficaram sem referência e, nesse sentido, as ações promovidas em primeiro momento pela OMS e, posteriormente, pelo Governo do Estado do Ceará trouxeram algum alento.

Mesmo sabendo que as medidas em sua maior totalidade eram e continuam a ser bem restritivas, os sujeitos que participaram da pesquisa sabem da importância de seguirem os protocolos, já que mesmo sendo atitudes muito antipáticas perante uma parcela da população, elas são necessárias para barrar a propagação o vírus. É necessário seguir esses novos protocolos sanitários, haja vista que assistimos aos especialistas informarem que mesmo com uma ou mais vacinas disponíveis, ainda viveremos por um longo tempo sob o jugo do vírus.

A SDA, através do PSJ III além de divulgar e promover atividades, desenvolveu ações em que os produtos da agricultura familiar pudessem ter escoamento promovendo assim, vendas por meio de “delivery”, “drive-thru”, aplicativos, feiras virtuais, tudo com o intuito de minimizar os impactos e/ou prejuízos causados aos agricultores familiares do Estado do Ceará.

A SDA e o PSJ entendem que esse é um momento complexo e difícil para todos, mas que também é possível sair fortalecido de toda essa crise que aí se encontra e para isso, faz-se necessário buscar novas formas de comercializar a produção, inovar na tentativa de produzir melhor e de maneira mais eficiente e, ao mesmo tempo, conscientizar a população do campo de que as práticas de higienização e protocolos sanitários daqui por diante deverão fazer parte da vida de todos.

Referências





BANCO MUNDIAL. **Relatório semestral sobre a região da América Latina e Caribe. A Economia nos Tempos de COVID-19.** Uma colaboração entre o gabinete do economista-chefe para a América Latina e Caribe e a prática global de macroeconomia, comércio e investimento. Banco Mundial. Abril, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 13.982, de 2 de abril de 2020.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.982-de-2-de-abril-de-2020-250915958>. Acesso em 09 fev. 2021.

CEARÁ. **Decretos do Governo do Ceará com ações contra o coronavírus.** Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-aco-es-contra-o-coronavirus>. Acesso em: 04 dez. 2020a.

CEARÁ. **Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA.** Disponível em: www.sda.ce.gov.br Acesso em: 06 dez.2020b.

CEARÁ. **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce.** Disponível em: www.ematerce.ce.gov.br. Acesso em: 12 dez. 2020c.

FERNANDES, L. A.; GOMES, J. M. M. Relatórios de pesquisa nas Ciências Sociais: características e modalidades de investigação. **ConTexto**. v. 3, n. 4. Porto Alegre. 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas (RAE)**. v. 35, n. 3, p. 20-29. São Paulo-SP. Mai./Jun. 1995.

IBGE. **IBGE prevê safra recorde de grãos em 2020.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26537-ibge-preve-safra-recorde-de-graos-em-2020>. Acesso em 29 nov.2020.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria método e criatividade.** 17ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NETO, R. B. G. O impacto da Covid-19 sobre a economia mundial. **Boletim de Conjuntura.** Ano II. Vol. 2. Nº. 5. Boa Vista. Disponível em: <http://ioles.com.br/boca>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

SILVA, M. B. de; GRIGOLO, T. M. Metodologia para iniciação científica à prática da pesquisa e da extensão II. **Caderno Pedagógico.** Florianópolis: Udesc, 2002.





SOUZA JÚNIOR, M. **Navegando no mar sem fim da aprendizagem na terceira idade: uma investigação acerca do uso das TIC e da inovação pedagógica.** Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira. Funchal-PT, p. 310. 2019

ⁱ **Moacir de Souza Júnior**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7612-2034>

Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (Geplama), Secretaria de Desenvolvimento Agrário/Projeto São José, Instituto Agropolos do Ceará

Doutorado e Mestrado em Ciências da Educação, área Inovação Pedagógica, pela Universidade da Madeira (UMa), Funchal-Madeira-Portugal; Especialista em Educação Especial pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Atua como Técnico de Nível Superior no Instituto Agropolos do Ceará no Projeto São José. Contribuição de autoria: escrita e revisão do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9221554883649374>.

E-mail: msjunior0902@gmail.com

ⁱⁱ **Lafaete Almeida de Oliveira Mesquita**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8076-8682>

Coordenação PSJ, Secretaria do Desenvolvimento Agrário/Projeto São José, Instituto Agropolos do Ceará.

Doutorando em Currículo e Inovação Pedagógica pela Universidade da Madeira/Portugal. Especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) e Mestre em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (Uece). Coordenador do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Governo do Estado do Ceará.

Contribuição de autoria: escrita e revisão do artigo.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8493504491414121>.

E-mail: lafaetealmeida@yahoo.com.br

ⁱⁱⁱ **Francisco De Assis Diniz**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2071-5663>

Secretaria do Desenvolvimento Agrário, Governo do Estado do Ceará.

Especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Redenção-Ceará-Brasil. Graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Secretário Estadual do Desenvolvimento Agrário do Ceará.

Contribuição de autoria: escrita e revisão do artigo.

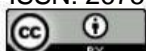
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9654623971347851>.

E-mail: deassisdiniz@gmail.com

^{iv} **Bárbara Niele Alexandre da Silva Ribeiro**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9760-9984>

Gerência de Planejamento, Monitoramento e Avaliação (GEPLAMA), Secretaria de Desenvolvimento Agrário/Projeto São José, Instituto Agropolos do Ceará.

Especialista em Gerenciamento de Processos e Projetos pelo Centro Universitário Farias Brito e em Gestão e Liderança Avançada de Pessoas pelo Centro Universitário Sete de Setembro. Graduação em Administração de Empresas pelo Centro Universitário Christus. Gerente de Planejamento,





Monitoramento e Avaliação do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável/Projeto São José da Secretaria do Desenvolvimento Agrário do Ceará.

Contribuição de autoria: análise de dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0621884497263813>.

E-mail: barbaraniele.sda@gmail.com

Editora responsável: Cristine Brandenburg

Especialista *ad hoc*: Aline Barbosa Teixeira Martins

Como citar este artigo (ABNT):

SOUZA JÚNIOR, Moacir de. Medidas governamentais de enfrentamento à Covid-19 a partir do Projeto São José III. Rev. Pemo, Fortaleza, v. 3, n. 3, e337180, 2021.

Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v3i3.7180>

Recebido em 10 de julho de 2021.

Aceito em 07 de outubro de 2021.

Publicado em 11 de outubro de 2021.

